

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA
DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE
PARNAÍBA-PI S/A – ZPE PARNAÍBA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA
ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**

CE-269-2022/1

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

	Páginas
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3-5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balancos Patrimoniais.....	6-7
Demonstrações dos Resultados.....	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12-28

CE-268-2022/1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas e Conselheiros da

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE
PARNAÍBA S/A**

Parnaíba - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Alfandegamento da ZPE Parnaíba

Chamamos atenção a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a qual menciona que a Companhia se encontra alfandegada desde fevereiro de 2022, conforme Ato Declaratório Executivo nº 1, de 8 de fevereiro de 2022 do Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que declara o alfandegamento, por tempo indeterminado, da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba, no Município de Parnaíba, no Estado do Piauí. O alfandegamento era a condição que faltava para que a Companhia, de fato, pudesse atender às expectativas de investidores interessados em instalar indústrias e prestadoras de serviços na ZPE Parnaíba. Devido ao recente alfandegamento, aportes adicionais de recursos por parte do acionista controlador poderão ser necessários para que a Companhia continue operando. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 29 de março de 2023.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

CRC Nº PI-000867/F

DocuSigned by:

Jorge Teles

DDA32F474295498

Jorge Ivan Teles de Sousa

BA-012430/O-2 T PI

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Balanco Patrimonial

Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Ativo Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	284.774	2.253.395
Ativo Fiscal Corrente	5	74.339	7.845
Despesas Antecipadas		12.411	3.925
		371.524	2.265.165
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	6	10.583.566	7.131.243
Intangível		810.000	-
		11.393.566	7.131.243
Total do Ativo		11.765.090	9.396.408

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Balanco Patrimonial

Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Passivo e Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores	7	52.182	281.980
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	252.156	340.048
Passivo Fiscal Corrente		1.552	923
Outras Obrigações		-	21.500
		305.890	644.451
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.a	35.047.188	20.770.627
Prejuízo acumulado		(41.143.021)	(26.295.231)
Adiantamento para aumento de Capital	9.b	17.555.033	14.276.561
		11.459.200	8.751.957
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		11.765.090	9.396.408

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Resultado apresentado em reais - exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2022	2021
Despesas Gerais			
Despesas Gerais e Administrativas	10	(15.090.150)	(5.680.687)
Despesas Tributárias		(18.325)	(6.774)
		(15.108.475)	(5.687.461)
Resultado Operacional		(15.108.475)	(5.687.461)
Resultado Financeiro Líquido	11	260.685	38.659
Prejuízo Líquido do Exercício		(14.847.790)	(5.648.802)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**
Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Resultado abrangente apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Resultado do Exercício		(14.847.790)	(5.648.802)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(14.847.790)	(5.648.802)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

		Capital social Integralizado	Prejuízos Acumulados	Adiantamento p/ futuro Aumento de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	16.609.097	(20.646.429)	4.161.530	124.198
Aporte dos sócios		-	-	14.276.561	14.276.561
Integralização de capital		4.161.530	-	(4.161.530)	-
Prejuízo do exercício		-	(5.648.802)	-	(5.648.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.770.627	(26.295.231)	14.276.561	8.751.957
Aporte dos sócios	9.b	-	-	17.555.033	17.555.033
Integralização de capital		14.276.561	-	(14.276.561)	-
Prejuízo do exercício		-	(14.847.790)	-	(14.847.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.a	35.047.188	(41.143.021)	17.555.033	11.459.200

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício Findo em dezembro de 2022 e 2021

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Atividade Operacional			
Prejuízo do Exercício		(14.847.790)	(5.648.802)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	6.c	1.291.175	19.523
Baixa de Imobilizado	6.c	24.699	1.599
Lucro Ajustado		(13.531.916)	(5.627.680)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Ativo Fiscal Corrente		(66.493)	(6.593)
Despesas Antecipadas		(8.487)	(133)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		(229.797)	281.980
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(87.892)	139.389
Passivo Fiscal Corrente		628	(10.851)
Outras Obrigações		(21.500)	21.500
Caixa Gerado pela Atividade Operacional		(13.945.457)	(5.202.388)
Atividades de Investimento			
Adições do Ativo Imobilizado	6.c	(4.678.197)	(7.101.689)
Adições do Ativo Intangível		(900.000)	-
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(5.578.197)	(7.101.689)
Atividades de Financiamento			
Aportes dos sócios para futuro aumento de Capital	9.b	17.555.033	14.276.561
Caixa Consumido pela Atividade de Financiamento		17.555.033	14.276.561
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.968.621)	1.972.484
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	2.253.395	280.911
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		284.774	2.253.395
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	(1.968.621)	1.972.484

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Findo em dezembro de 2022 e 2021

Notas apresentado em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI S/A – ZPE Parnaíba é uma Companhia de economia mista situada a Rua Dom Pedro I, Bairro Primavera, Parnaíba – PI, Cep: 64.213-901 que tem como principal atribuição promover os atos de gestão necessários à implantação, operação, administração e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba no Estado do Piauí, um complexo onde Companhias se instalam para produzir bens destinados, em sua maioria, para exportação, contando com incentivos tributários, administrativos e cambiais. A constituição da ZPE Parnaíba está prevista na Lei Estadual nº 6.021, autorizada em 14 de dezembro de 2010.

A ZPE Parnaíba foi criada através de Decreto Federal Nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988, no município de Parnaíba-PI. Com exclusividade, da administração da Zona de Processamento de Exportação, localizada no município de Parnaíba, cumprindo-a prover das instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento. Tem personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída na forma de Sociedade de Economia Mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação vigente, tendo como acionistas o Governo do Piauí, como sócio majoritário, detentor de 95,88% de seu capital e a Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI, com os 4,12% restantes.

A ZPE Parnaíba, desenvolve seus trabalhos em consonância com o que estabelece a Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativos das Zonas de Processamento de Exportação, em estreita relação com o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, responsável pela gestão do Programa Brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação.

O Diário Oficial da União publicou em sua edição deste dia 09 de fevereiro o Ato Declaratório Executivo nº 01, de 08 de fevereiro de 2022, declarando o alfandegamento, por tempo indeterminado, da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Piauí, a ZPE do Piauí. O documento foi assinado pelo superintendente substituto da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal, Wilmar Teixeira de Souza.

A ZPE Parnaíba, já alfandegada pela Receita Federal, foi inaugurada no dia 14 de fevereiro com a conclusão da sua Área de Despacho Aduaneiro. Na ocasião 11 Companhias já se encontravam instaladas e com o processo de liberação em tramitação no Ministério do Desenvolvimento, prontas para iniciarem as suas operações seguindo as diretrizes do Marco Legal das ZPE's no Brasil.

A medida resultou de um longo processo administrativo em que o Governo do Piauí e a Companhia Administradora da ZPE Parnaíba cumpriram uma extensa lista de exigência do órgão fazendário nacional. Para se certificar que o governo do Piauí havia executado a etapa final de estruturação, técnicos da Receita Federal realizaram inspeção na Área de Despacho Aduaneiro.

De um total de 22 ZPE's brasileiras, a ZPE Parnaíba foi a segunda a entrar em operação e a

primeira do país a se adequar às permissões do novo marco legal da atividade sobre a exportação de serviços.

Vale ressaltar que os recursos para implantação da ZPE Parnaíba, na sua totalidade, estão sendo aportados pelo Governo do Piauí, na qualidade de sócio majoritário, sendo que, ao final, será procedida a devida integralização desses valores ao Capital Social.

a. Principais Eventos Ocorridos no Exercício

Primeira Rodada de Negócios

Fazendo parte da programação de inauguração da ZPE, foi realizada na manhã do dia 14 de fevereiro, no auditório da ZPE, a Primeira Rodada de Negócios, com presença de mais de 50 empresários, além de representantes de diversas instituições bancárias.

IV Fórum Brasileiro de Zonas de Processamento de Exportações

As cidades piauienses de Parnaíba e Luís Correia receberam nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2022, o IV Fórum Brasileiro de ZPE's, tendo como tema "O novo Marco Legal e a Efetiva Implantação das ZPE's no Brasil". O evento fez parte da programação de inauguração da ZPE Parnaíba com a conclusão da última etapa que é a implantação da sua Área de Despacho Aduaneiro(ADA). O fórum foi uma iniciativa da Associação Brasileira de ZPE's (Abrazpe) com o apoio do Governo do Piauí, Investe Piauí e ZPE Parnaíba.

Segunda Rodada de Negócios

A Companhia Administradora da ZPE Parnaíba e o Banco do Nordeste, através da Superintendência do Piauí, realizaram no dia 25 de agosto a II Rodada de Negócios da ZPE do Piauí, com a participação de investidores interessados nas oportunidades decorrentes dos incentivos fiscais e da oferta de infraestrutura do local. As exposições foram feitas pelo presidente da Investe Piauí, Victor Almeida; o então presidente da ZPE Parnaíba, Paulo Cardoso; e o superintendente do Banco do Nordeste no Piauí, Diogo Luiz da Rocha Martins. Além do superintendente também estavam presentes os gerentes das 20 agências do Banco do Nordeste no Piauí.

A área de Despacho Aduaneiro da Companhia – ZPE Parnaíba iniciou em novembro de 2022 as suas operações com embarque de 20 toneladas de cera de carnaúba para a Espanha.

A Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI, ZPE Parnaíba, fez história mais uma vez ao concluir na tarde do dia 21 de novembro de 2022 o último ciclo que faltava no seu processo de alfandegamento, com a realização do primeiro despacho aduaneiro de produto industrializado no local. Um contêiner contendo 20 toneladas de cera de carnaúba, da indústria Agrocera, completou todo o processo de fiscalização dentro da Área de Despacho Aduaneiro (ADA) da ZPE e iniciou o seu trânsito internacional com destino ao Porto de Pecém, no Ceará, de onde seguirá para a Espanha.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação

societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que os sócios possuem recursos financeiros suficientes para aportar capital na Companhia, se necessário, e, desta forma, garantir a continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- nota 6 - Depreciação;
- nota 7 Amortização;

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências

claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de Impairment são os bens do Ativo Imobilizado.

d. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e. Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

g. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro: nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 24 vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 12: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Contas Correntes		
Banco do Brasil S.A	692	-
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A. - Renda Fixa	283.988	2.119.463
Banco do Brasil S.A. - Público Supremo	94	133.932
	284.774	2.253.395

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por Companhias e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2022 de aproximadamente 56,90% do DI CETIP (CDI).

5. Ativo Fiscal

	2022	2021
Imposto de Renda Retido a Recuperar	74.338	7.845
	74.338	7.845

Os impostos a recuperar são decorrentes de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre rendimentos de aplicação financeira no mercado.

6. Imobilizado

a. Composição Contábil

			2022	2021
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Reformas e Benfeitorias (ii)	1.515.088	(568.091)	946.997	-
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	5.878.627	(589.942)	5.288.685	8.950
Veículos	269.990	(264.861)	5.129	7.327
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	369.184	(99.597)	269.587	169.834
Computadores e Periféricos	300.223	(71.844)	228.379	13.054
Imobilizado em andamento (i)	3.844.789	-	3.844.789	6.932.078
	12.177.902	(1.594.336)	10.583.566	7.131.243

(i) Refere-se a gastos realizados com o alfandegamento e construção das estruturas do complexo aduaneiro da ZPE Parnaíba.

(ii) Abertura dos saldos de Reformas e Benfeitorias por vida útil:

			2022	2021
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Reformas e Benfeitorias - vida útil 25 anos	388.977	(15.559)	373.418	-
Reformas e Benfeitorias - vida útil 2 anos	1.126.111	(552.532)	573.579	-
	1.515.088	(568.091)	946.997	-

As benfeitorias com vida útil avaliada de 2 anos são ajustes e correções na estrutura existente cedida para o funcionamento da ZPE que estão sujeitos a condições climáticas adversas de regiões litorâneas, onde há intensa incidência solar, ventos e chuvas fortes, além da maresia que é a principal causadora de patologias em obras. Estes fatores foram levados em consideração pelo avaliador na determinação das vidas úteis.

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Reformas e Benfeitorias	4% e 50%	25 e 2
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	10%	10
Veículos	20%	5
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2020	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
Custo								
Reformas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	1.515.088	1.515.088
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	49.419	-	-	49.419	-	-	5.829.208	5.878.627
Veículos	269.990	-	-	269.990	-	-	-	269.990
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	78.982	156.636	-	235.618	134.640	(1.074)	-	369.184
Computadores e Periféricos	35.319	12.975	-	48.294	262.350	(10.421)	-	300.223
Imobilizado em andamento	-	6.932.078	-	6.932.078	4.281.207	(24.200)	(7.344.296)	3.844.789
	433.710	7.101.689	-	7.535.399	4.678.197	(35.695)	-	12.177.901
(-) Depreciação								
Reformas e Benfeitorias	-	-	-	-	(568.091)	-	-	(568.091)
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	(35.527)	(4.942)	-	(40.469)	(549.473)	-	-	(589.942)
Veículos	(260.465)	(2.198)	-	(262.663)	(2.198)	-	-	(264.861)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(55.241)	(8.944)	(1.599)	(65.784)	(34.296)	483	-	(99.597)
Computadores e Periféricos	(31.801)	(3.439)	-	(35.240)	(47.117)	10.513	-	(71.844)
	(383.034)	(19.523)	(1.599)	(404.156)	(1.201.175)	10.996	-	(1.594.335)
Imobilizado, líquido	50.676	7.082.166	(1.599)	7.131.243	3.477.022	(24.699)	-	10.583.566

7. Intangível

a. Composição Contábil

	Custo	Amortização	2022 Líquido	2021 Líquido
Softwares	907.360	97.360	810.000	-
	907.360	97.360	810.000	-

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2021	Adições	Baixas	2022
Custo				
Softwares	7.360	900.000	-	907.360
	7.360	900.000	-	907.360
(-) Amortização				
Softwares	(7.360)	(90.000)	-	(97.360)
	(7.360)	(90.000)	-	(97.360)
Intangível, líquido	-	810.000	-	810.000

8. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2022	2021
Nacional		
Sieart (F. C. V. serviços Gráficos)	14.800	-
M S de Sousa Santos Vigilância - EPP	18.322	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A	14.423	-
Hidromecânica Germek Ltda	-	215.999
Miracéu Turismo Ltda	-	42.599
Claro S.A	2.628	-
TODA Tecnologia Ltda	1841	-
Tilp & Wermont Business Advisory Ltda.	-	14.078

Claro NET Serviços	169	-
Delphos Engenharia Ltda	-	7.200
Wix Telecom do Brasil Eireli	-	1.595
Art Cores	-	509

52.183	281.980
---------------	----------------

b. Títulos a pagar por vencimento:

	2022	2021
A vencer:		
Até 30 dias	37.383	58.271
De 31 a 60 dias	14.800	223.709
	52.183	281.980

9. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2022	2021
INSS a Recolher	2.399	73.686
Férias a Pagar	185.969	198.333
INSS sobre Férias	48.910	52.162
FGTS sobre Férias	14.878	15.867
	252.156	340.048

10. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 36.447.188, está representado por R\$ 36.447.188 ações, todas ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2021:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital
Estado do Piauí	20.754.771	93,26%	20.670.627	84.144	14.276.561
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	1.500.000	6,74%	100.000	1.400.000	-
	22.254.771	100%	20.770.627	1.484.144	14.276.561

Em 31 de dezembro de 2022:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital
Estado do Piauí	34.947.188	95,8845%	34.947.188	-	17.555.033
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	1.500.000	4,1155%	100.000	1.400.000	-
	36.447.188	100%	35.047.188	1.400.000	17.555.033

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No ano de 2022 houve o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 17.555.033. O valor será integralizado na Assembleia Ordinária da Companhia a ocorrer em 2023 em atendimento a norma contábil.

11. Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Ordenados, Salários e Gratificação a Empregados	1.353.960	1.340.574
Despesas com consultorias	5.145.186	962.152
Manut. e Conservação de Bens Imóveis	1.798.885	-
Depreciação e Amortização	1.291.175	19.523
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	805.039	221.034
Assessoria Jurídica	520.000	143.000
Pró – Labores	431.800	535.060
INSS	425.523	478.616
Diárias	331.997	304.763
Vigilância e Segurança	408.575	269.833
Despesas com Treinamento de Pessoal	350.575	-
Férias	228.144	222.545
Aluguel de Imóvel	151.545	187.434
FGTS	168.351	178.358
Passagens Aéreas	201.754	168.783
Décimo Terceiro Salário	162.557	161.183
INSS Outras Entidades	154.026	124.444
Serviços Prestados Pessoa Física	83.650	50.646
Despesas com Veículos	92.321	40.442
Energia Elétrica	140.313	29.046
Manut. e Conservação de Bens Móveis	148.372	14.209
Despesas com Combustível	126.786	75.647
Aluguel de Veículos	55.200	-
Outras despesas administrativas	514.416	153.395
	15.090.150	5.680.687

12. Resultado Financeiro Líquido

a. Composição Resultado Financeiro Líquido:

	2022	2021
Receita Financeiras		
Juros de Aplicações e Investimentos	300.758	48.952
	300.758	48.952
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(9.610)	(5.489)
IOF	(16.478)	(4.804)
PIS/COFINS s/ Receitas Financeiras	(13.985)	
	(40.073)	(10.293)
Resultado Financeiro Líquido	260.685	38.659

13. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Companhia possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações, oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

I. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

		2022	2022	2021	2021
	Nível	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	284.774	284.774	2.253.395	2.253.395
		284.774	284.774	2.253.395	2.253.395
Passivos					
Fornecedores	1	52.183	52.183	281.980	281.980
Outras Obrigações	1	-	-	21.500	21.500
		52.183	52.183	303.480	303.480

f. Instrumentos financeiros por categoria

			2022
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	284.774	-	
	284.774	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	52.183
	-	-	52.183
	284.774	-	52.183
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	2.253.395	-	-
	2.253.395	-	-
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	281.980
Outras Obrigações	-	-	21.500
	-	-	303.480
	2.253.395	-	303.480

14. Eventos Subsequentes

Em 10 de janeiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba S/A, os acionistas, Estado do Piauí e a Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI, deliberaram, por unanimidade, a aprovação da aquisição de todas as ações da ZPE Parnaíba, pela Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A – Investe Piauí. Na oportunidade as ações da FIEPI foram repassadas à título gratuito a ZPE Parnaíba. A partir dessa data a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba S/A, passa a ser subsidiária da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A – Investe Piauí.

DocuSigned by:

Álvaro Nolito de Souza Filho
 Diretor Presidente da ZPE Parnaíba
 CPF: 825.453.593-00

DocuSigned by:

Sonia Maria Carvalho Sales
 Contadora CRC-PI 004924/O-2
 CPF: 372.747.673-72